
DOSSIÊ DROGAS – Entrevista Maria Lucia Karam

Maria Lúcia Karam, é juíza de direito aposentada do Tribunal de Justiça do estado do Rio de Janeiro, ex-juíza auditora da Justiça Militar Federal e ex-defensora pública no estado do Rio de Janeiro. É uma das impulsionadoras da LEAP Brasil (Agentes da Lei Contra a Proibição), integrando o quadro dirigente da instituição. Entende que a proibição às drogas é uma violação dos direitos humanos, que a guerra contra as drogas é, na verdade, uma guerra contra pessoas, de um modo geral, pobres e não brancas. É uma das autoras do livro de intervenção *Bala perdida: a violência policial no Brasil e os desafios de sua superação* (Boitempo, Carta Maior, 2015) e *Quem tem medo de falar sobre drogas? Saber mais para se proteger*, organizado pela professora Gilberta Acselrad (FGV, 2015).

A juíza Maria Lucia Karam concedeu a entrevista abaixo à professora Gilberta Acselrad, com quem compartilha várias frentes de luta contra o proibicionismo às drogas.

1.- Como vê o papel da escola no atual estágio de criminalização das drogas?

Como local de produção e transmissão de conhecimento e informação, de formação e preparação para a vida adulta, a escola, em sua função primordial de educação – educação essa que, como enfatiza Gilberta Acselrad, há de ser uma educação para a autonomia –, o papel da escola em relação ao tema das drogas deveria ser o de questionar a atual política proibicionista, apontando os danos e superando os enganos provocados pela inútil e nociva criminalização, além de trazer, de modo racional e sem preconceitos, informações sobre as substâncias psicoativas, sobre seus usos, sua história, seus efeitos, as formas de lidar com elas, de modo a preparar adequadamente crianças e adolescentes para que, autonomamente, possam decidir sobre usar ou não usar tais substâncias, conscientes dos danos à saúde que elas podem causar e sabendo se proteger caso façam a opção de usá-las, preparando-as ainda para contribuir para a implantação de uma nova política de drogas que, partindo da necessária legalização e consequentes regulação e controle da produção, do comércio e do consumo de todas as drogas, efetivamente se oriente pela proteção da saúde e pelo respeito à liberdade e aos demais direitos fundamentais de todos os indivíduos.

2. Qual a sua visão sobre como a educação tem trabalhado o tema das drogas nas escolas?

Não tenho informações suficientemente abrangentes sobre como tem se desenvolvido o tema das drogas nas escolas e suponho que não haja uma uniformidade entre as diversas escolas. De todo modo, a impressão que tenho é a de que, no geral, a abordagem do tema seja bastante deficiente, dando-se a partir de um discurso institucionalizado, não questionador da política atual e da legislação que a traduz, reprodutor da artificial divisão entre drogas lícitas e ilícitas, reprodutor de fantasias, preconceitos e tabus.

3. O que é a LEAP e como tem contribuído para o debate sobre as drogas no Brasil?

A Law Enforcement Against Prohibition (LEAP), que, no Brasil, é denominada Associação dos Agentes da Lei Contra a Proibição (LEAP BRASIL), é uma organização educativa internacional, formada para dar voz a policiais, juízes, promotores, agentes penitenciários e demais integrantes das forças policiais e do sistema penal (na ativa ou aposentados) que, compreendendo os danos e sofrimentos provocados pela ‘guerra às drogas’, claramente se pronunciam pela legalização e consequentes regulação e controle da produção, do comércio e do consumo de todas as drogas.

Criada em 2002 nos EUA por cinco policiais, a LEAP tem hoje milhares de membros (integrantes das forças policiais e do sistema penal – os ‘agentes da lei’) e apoiadores (os filiados não integrantes das forças policiais e do sistema penal), em todo o mundo, aí incluído o Brasil.

Como exposto em sua declaração de princípios, (cuja íntegra pode ser lida no site www.leapbrasil.com.br) os integrantes da LEAP não incentivam o uso de drogas e têm profundas preocupações com os danos e sofrimentos que o abuso de drogas, lícitas ou ilícitas, pode causar. No entanto, sabem que a proibição e sua política de ‘guerra às drogas’ causam ainda maiores danos e sofrimentos. O objetivo da LEAP é assim o de pôr fim à inútil, fracassada e danosa proibição às arbitrariamente selecionadas drogas tornadas ilícitas.

Presente no Brasil desde 2010, a LEAP tem contribuído decisivamente para o debate sobre drogas no Brasil, agindo fundamentalmente na conscientização do maior número de pessoas sobre os danos causados pela proibição e a necessidade de legalização e consequentes regulação e controle da produção, do comércio e do consumo de todas as drogas. A LEAP tem feito isso através dos pronunciamentos de seus porta-vozes (http://www.leapbrasil.com.br/quem-somos/porta_vozes),

em palestras, entrevistas, textos, vídeos e outras formas de comunicação. Os porta-vozes são necessariamente policiais, juízes, promotores, agentes penitenciários, enfim "agentes da lei", que, por sua experiência na atuação nas forças policiais ou na justiça criminal, compreenderam os danos causados pela atual política de drogas e a necessidade de sua substituição por um sistema de legalização, regulação e controle. A força e credibilidade da LEAP estão exatamente nessa experiência de seus porta-vozes.

4. Como os educadores podem participar do debate na atual conjuntura de criminalização das drogas?

A participação dos educadores, como de todas as outras pessoas, deve se dar de forma a questionar a política de criminalização das condutas de produtores, comerciantes e consumidores das arbitrariamente selecionadas drogas tornadas ilícitas, apontando a necessidade de se pôr fim à proibição e à sua nociva e sanguinária 'guerra às drogas', promovendo-se uma profunda reforma das proibicionistas convenções da ONU e leis internas dos diversos países, para legalizar e conseqüentemente regular e controlar a produção, o comércio e o consumo de todas as drogas. Legalizar é necessário para pôr fim à violência, às mortes e à corrupção provocadas pela proibição; para afastar medidas repressivas violadoras de direitos humanos fundamentais; para efetivamente acabar com o 'tráfico'; para verdadeiramente proteger a saúde. Na qualidade de educadores, essa participação se torna ainda mais importante. Educadores devem se preocupar com o futuro dos jovens de cuja formação estão encarregados. E esse futuro certamente será melhor com o fim da falida, danosa e dolorosa política proibicionista.

5. Há uma tendência entre os professores de acharem que a descriminalização possa provocar um aumento do uso descontrolado das substâncias hoje tornadas ilícitas. O que diria aos professores que têm essa opinião?

Nem a descriminalização, que se refere tão somente ao fim da criminalização da posse para uso pessoal e assim é medida insuficiente, nem a legalização, que afastando a criminalização não só do consumo, mas também da produção e do comércio e assim permitindo a regulação e o controle de tais atividades econômicas, provocarão um aumento do uso descontrolado das substâncias ainda proibidas. Essa sensação, que efetivamente muitas pessoas têm, não passa de mero temor sem nenhum fundamento na realidade, sendo fruto da fantasia de que leis penais poderiam resolver problemas ou fatos indesejáveis.

A realidade mostra que a proibição não funciona. Passados 100 anos (a proibição às arbitrariamente selecionadas drogas tornadas ilícitas data, a nível global, do início do século XX), com mais de 40 anos de guerra (a ‘guerra às drogas’ foi declarada pelo ex-presidente norte-americano Richard Nixon em 1971, logo se espalhando pelo mundo), o resultado foi que as substâncias proibidas foram se tornando mais baratas, mais potentes, mais diversificadas e mais acessíveis do que eram antes de serem proibidas e de seus produtores, comerciantes e consumidores serem combatidos como ‘inimigos’.

Leis não são um dado significativo para levar as pessoas a usar mais ou menos drogas. Dados, como os fornecidos pelos periódicos relatórios do Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência, reiteradamente demonstram que leis mais duras e condenações mais severas não necessariamente levam menos pessoas a usarem drogas, assim como o abrandamento de leis não necessariamente aumenta o número de usuários de drogas. Na Holanda, onde o consumo de maconha e hashish é acessível nos tolerados *coffee-shops*, o percentual de seus consumidores entre jovens sempre foi bastante inferior ao registrado nos Estados Unidos da América, considerado especialmente período anterior às graduais e parciais reformas que vêm atenuando o enfoque repressivo nesse país. Em todos os países que estão se inclinando para a redução das intervenções criminalizadoras, como Portugal, por exemplo, o uso das arbitrariamente selecionadas drogas tornadas ilícitas não tem sido maior ou menor do que em países comparáveis com leis mais severas. A proibição do álcool nos Estados Unidos da América, no período de 1920 a 1933, não diminuiu a bebida. Sua legalização tampouco provocou um aumento desenfreado do consumo.

Aliás, caberia indagar quem seriam todas essas pessoas que se imagina que iriam começar a desenfreadamente usar as drogas legalizadas. Em pesquisa do Zogby, realizada em dezembro de 2007, abrangendo todos os estados dos Estados Unidos da América, foi registrado um percentual de 99% de respostas negativas à indagação sobre se, uma vez legalizadas drogas como cocaína ou heroína, os entrevistados passariam a consumi-las.

Vale notar que a única diminuição significativa no consumo de drogas, em diversos países, nos últimos anos, foi de uma droga legalizada: o tabaco, cujo consumo, inclusive no Brasil, se reduziu pela metade. Esse resultado foi obtido sem proibição, sem guerras, sem prisões. Ninguém foi morto ou preso por produzir, vender ou usar tabaco. Ao contrário, foram instituídos muito mais eficientes programas educativos e regulações (vedação de publicidade, restrições ao consumo em

lugares públicos, maior divulgação dos danos provocados pelo tabaco), além de todo um esforço de desconstrução do *glamour* do cigarro.

6. Há várias pesquisas sobre drogas - epidemiologia do consumo e formas de uso ao longo da história, por exemplo - mas há poucas relacionadas à educação sobre drogas. Em sua opinião, quais os impactos dessa defasagem para que a proposta de descriminalização avance?

Certamente, a falta de pesquisas e debates relacionados à educação sobre drogas dificulta o avanço da proposta não apenas de descriminalização, mas sim da necessária legalização e consequentes regulação e controle da produção, do comércio e do consumo de todas as drogas.

A falta de pesquisas e debates nesse campo da educação acaba por favorecer o imobilismo, a ausência de questionamentos, o conformismo, a reprodução de fantasias, como a mencionada na pergunta anterior, tabus e preconceitos.

7. Alguns professores da rede pública de ensino dizem que seus alunos de hoje, em conflito com a lei e, muitas vezes, sem alternativas de um futuro digno amanhã, integram a população presa nos centros do DEGASE. O que diria a esses professores que sabem que certas drogas são proibidas, mas não conhecem o texto da lei em vigor?

Especialmente a esses professores, que veem de perto o doloroso destino de seus jovens alunos, eu diria que é necessário e urgente que questionem a política de ‘guerra às drogas’, traduzida nas convenções internacionais e leis internas que proíbem e criminalizam as condutas de produtores, comerciantes e consumidores das arbitrariamente selecionadas drogas tornadas ilícitas. São leis que contrariam princípios inscritos nas declarações internacionais de direitos e nas constituições democráticas. São leis que traduzem uma política fundada na guerra. Seus jovens alunos, colocados em conflito com leis ilegítimas, presos no DEGASE, quando não prematuramente mortos, são vítimas dessa guerra. Essa não é exatamente uma guerra contra as drogas. Não se trata de uma guerra contra coisas. Dirige-se sim, como todas as guerras, contra pessoas: os produtores, comerciantes e consumidores das arbitrariamente selecionadas drogas tornadas ilícitas. Mas, não todos eles. Os ‘inimigos’ nessa guerra – os que são mortos e presos – são os mais vulneráveis dentre esses produtores, comerciantes e consumidores: os pobres, marginalizados, não brancos, moradores de favelas, desprovidos de poder, como esses jovens alunos presos nos centros do DEGASE e os tantos outros mortos.

Especialmente a esses professores, que vêem de perto o doloroso destino de seus jovens alunos, eu diria, pois, que é preciso que se mobilizem para pôr fim a essa desastrosa política, que produz demasiada violência, demasiadas mortes, demasiadas prisões, demasiadas doenças, demasiada corrupção, demasiadas discriminações, demasiadas violações a direitos humanos fundamentais. Eu diria que é preciso que se mobilizem para que se concretize a necessária legalização e conseqüentes regulação e controle da produção, do comércio e do consumo de todas as drogas.

Submetido em out. 2015.

Aprovado em jan 2016.